



VIII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 18 a 20 de setembro de 2014
ISSN 1982-3657



DO ANTICASTELHANISMO AO AMERICANISMO: ANTECEDENTES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL

Anselmo Guimarães[1]

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas

RESUMO:

Desde a publicação da Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005 vários trabalhos passaram a ser produzidos a partir diversos enfoques sobre o ensino de espanhol no Brasil. Mas, não há pesquisas para identificar porque da dificuldade da implantação da língua espanhola nos currículos formais brasileiros, cabendo indagar: por quê o Brasil não teve interesse em incluir em seus sistemas educativos a língua de Cervantes até o início do século XX?

O inglês e o francês foram incluídos em 1809, logo após a chegada da família real ao Brasil. Fizemos levantamento bibliográfico acerca das relações entre Portugal e Espanha, bem como foram analisadas como fontes peças legislativas e textos de jornais, para possibilitar inferências sobre as influências negativas e de aproximação entre as línguas portuguesa e castelhana, que interferiram na implantação do idioma de Castela nos currículos brasileiros.

Palavras-chave: Língua Espanhola. História da Educação. Ensino de Espanhol.

RESUMEN:

Desde la publicación de la Ley nº 11.161, de 5 de agosto 2005, varios estudios comenzaron a ser producidos a partir de muchos enfoques acerca de la enseñanza del español en Brasil. Pero no hay ninguna investigación para identificar la dificultad de implantación de la lengua española en los programas de estudio oficiales de Brasil, cabe preguntarse: ¿por qué Brasil no tuvo ningún interés en incluir en sus sistemas educativos la lengua de Cervantes hasta principios del siglo XX?

El Inglés y el francés fueron incluidos en 1809, poco después de la llegada de la familia real a Brasil. Hicimos

una búsqueda en la literatura sobre las relaciones entre Portugal y España, así como se analizaron textos legislativos y de periódicos, para permitir inferencias acerca de las influencias negativas y acercamiento entre las lenguas portuguesa y castellana, que interfirieron en la implantación de la lengua de Castilla en los planes de estudio de Brasil.

Palabras-clave: Lengua Española. Historia de la Educación. Enseñanza del Español.

INTRODUÇÃO

A história recente do espanhol no ensino formal brasileiro trouxe de volta à cena essa língua com a publicação da lei 11.161, de 5 de agosto de 2005, que tornou o ensino de espanhol de oferta obrigatória nas escolas do Ensino Médio e optativa para o Ensino Fundamental.

Uma questão que sobressai em nossa pesquisa é o motivo de o Brasil não ter tido interesse em incluir a língua espanhola como matéria de ensino antes de 1905, uma vez que já se estudavam as suas literaturas, desde 1870, e estava cercado de países falantes desse idioma, enquanto que as línguas inglesa e francesa entraram no ensino público no início do século XIX[2].

Nesse artigo, traçamos um panorama das dificuldades para a implantação do ensino formal da língua espanhola nos currículos brasileiros, com uma explanação dos antecedentes que influenciaram para a sua não inclusão até o início do século XX e o início da virada com as motivações de sua entrada a partir de 1905.

O ANTI-CASTELHANISMO

A língua portuguesa, formada entre os séculos XII e XIII, desenvolveu-se durante os seguintes atingindo o seu auge nos séculos XV e XVI. Durante esse período, teve que competir com o latim e o castelhano. Este último, iniciou o seu desenvolvimento bem antes do português, por volta do século IX ou X, já se encontrava em ritmo acelerado de uniformização e padronização quando dos primeiros passos da língua portuguesa. O rei Afonso X, o Sábio (rei de Castela entre 1252 e 1284), mediante lei tornou o castelhano obrigatório em todo o reino, mandando compor na língua vernácula obras jurídicas, históricas e científicas, como também mandou traduzir grandes obras árabes e a Bíblia.

A rivalidade entre Portugal e Castela remonta da época da “Reconquista”, fase da Península Ibérica marcada pelas batalhas dos reinos cristãos para retomar seus territórios perdidos para os árabes no século VIII e que durou até o final do século XV. O reino de Portugal se constituiu após batalha, em 1128, promovida por Afonso Henriques, filho do conde Henrique de Borgonha, contra seu primo Afonso VII, rei de Castela e Leão (TEYSSIER, 2007). Vale ressaltar que durante todo o trabalho estaremos tratando da língua de Castela, o castelhano, mesmo quando o chamamos de espanhol. Fazemos, assim, uma referência à língua oficial de todo o país a partir da unificação dos reinos cristãos da Península Ibérica, exceto Portugal, por Carlos V, no século XVI. Destacamos isso a fim de que não haja confusão, uma vez que há várias línguas e dialetos falados nos antigos reinos, hoje Espanha, como o basco, o catalão e o galego.

A língua portuguesa nos séculos XV e XVI teve grande desenvolvimento literário, produzindo escritores como Gil Vicente (1465-1537), Bernardin Ribeiro (1482-1552), Sá de Miranda (1481-1558), Antonio Ferreira (1528-1569), João de Barros (1496-1570), Luis de Camões (1524-1580), entre outros. Todavia, mesmo com o florescimento de tão bela literatura, Portugal não ficou isento da influência do país vizinho, visto que o castelhano era a língua de cultura na Península Ibérica. Segundo Paul Teyssier (2007, p.43):

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa “castelhanização” da corte (TEYSSIER, 2007, p. 43).

Muitos autores portugueses escreviam em castelhano, como é o caso de Gil Vicente, porque acreditavam,

assim como os castelhanos, que a língua portuguesa era obscura, bárbara, pouco conhecida e de áspera pronúncia. Na defesa da língua portuguesa contra o castelhano “havia poetas, humanistas e escritores” (HUE, 2007). Em 1540, a obra *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros (1496-1570), destacou as qualidades da língua portuguesa, que, segundo ele, seria mais próxima ao Latim e por isso mesmo capaz de uma maior aproximação com a fé cristã que a língua espanhola. Hue (2007, p.25) afirma que “Barros estava numa época eufórica, de louvor da língua que se expandia por novas terras, como veículo da cultura portuguesa e da ‘santa madre igreja’”.

Em 1580, a coroa portuguesa passou a Felipe II, rei da Espanha, perdurando por 60 anos o domínio espanhol, acentuando mais a influência na literatura portuguesa que decaiu como assevera o professor maranhense Francisco Sotero dos Reis (1866, p. 40):

O domínio hespanhol que, pesando por 60 annos sobre Portugal, e absorvendo-lhe todos os recursos de que podia dispor, lhe fez perder com os antigos brios as suas importantes conquistas da Asia, e lhe ia tambem fazendo perder o Brazil, exerceo fatal influencia na língua e litteratura portugueza, que disso muito sentirão, porque sem independência nacional não podia haver para os portuguezes liberdade de pensar e escrever (REIS, 1866, p. 40).

Segundo o mesmo autor, além da sujeição dos portugueses à Espanha, outro fator importante para a decadência das letras em Portugal foi a entrada dos Jesuítas no país para cuidar da educação[3]:

Á dupla pressão que exercião sobre os espíritos o tribunal da inquisição, e a tyrannia suspeitosa dos Felippes de Hespanha, accresceo ainda outra pressão sui generis, que não foi menos fatal às lettras; quero fallar da influencia dos Jesuitas na educação da mocidade por mais de dois séculos (REIS, 1866, p. 41).

O professor de Retórica, Pinheiro[4] (1862), a pesar de reconhecer a ilustração dos jesuítas, considerou que o monopólio da educação por essa ordem religiosa trouxe prejuízos para os portugueses. Segundo ele, era muito estranho que “[...] um soberano que tinha a honra de descender de D. Manuel expedisse carta regia de 10 de dezembro de 1555 que firmava o dominio exclusivo da Companhia de Jesus sobre as letras lusitanas” e ressaltava: “Fatal foi em todas as epochas ao desenvolvimento intellectual o regimen do privilegio, por mais habeis que sejam aquelles em cujo prol é estabelecido” (PINHEIRO, 1862, p. 178-179).

Essas relações de proximidade e rivalidade entre os dois povos ibéricos acarretaram consequências substanciais para o Brasil no campo linguístico. Gregório de Matos (16?

?

-1696) é um bom exemplo da influência castelhana no Brasil Colônia. Nascido na Bahia, foi aluno do Colégio dos Jesuítas, tendo viajado, em 1650, para Lisboa para continuar seus estudos, formando-se na Universidade de Coimbra, em 1661. O poeta foi um grande seguidor do Gongorismo, escola literária espanhola criada por Luis de Góngora e Argote (1561-1627), com um estilo literário caracterizado pelo exagero nas comparações e metáforas, o desequilíbrio da composição, o excesso de ornatos, a linguagem rebuscada e obscura. A literatura assim produzida era tida pelos mestres Oitocentistas, como os dois professores citados anteriormente, como de mau gosto e o resultado da decadência das letras portuguesas.

Acerca da influência de autores espanhóis na poesia brasileira, Carmo (1959) assevera que remonta ao Brasil Colônia, porque a Espanha “era a primeira no comércio, nas artes e letras”, citando poetas do período colonial brasileiro que foram buscar nas letras espanholas inspiração para os seus trabalhos, a saber: José de Anchieta (1534-1597), Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Tomás Antonio Gonzaga (1744-1807?

), entre outros.

Mesmo após o fim do domínio espanhol em 1640, Portugal não conseguiu renovar sua literatura devido à pressão do “tribunal da inquisição que suffocava os engenhos no nascedouro, e com a educação jesuítica que

os pervertia, e amesquinhava!” (REIS, 1866). Somou-se a estes fatores a ameaça de invasão por parte da Espanha na tentativa de restauração da coroa perdida e que fez com que Portugal, diante dessa intimidação, na Guerra da Restauração (1640-1668), sentisse a necessidade de fazer nova aliança com a República Inglesa e assim reforçar suas defesas (TELES, 2012).

Segundo Reis (1866), Portugal só começou a recobrar o seu desenvolvimento literário perdido desde o século XVI com a atuação no século XVIII de “um dos maiores estadistas do seu século” e superior a Richelieu:

O homem que teve poder bastante para acabar com as sanguinolentas crueldades exercidas em nome de um Deus de paz e clemência, abolindo mais tarde o supplicio do fogo, foi Sebastião José de Carvalho e Mello, marquês de Pombal, o grande ministro de D. José I, que começou a reinar em 1750 (REIS, 1866, p. 53).

Com a atuação de Pombal, iniciou-se outra fase na literatura e língua portuguesa, uma vez que para o fortalecimento do Estado Português foi imprescindível, na visão do primeiro ministro do rei D. José, o fortalecimento da língua nacional, reformas na educação, expulsão dos jesuítas e melhorias nos estudos da Universidade de Coimbra. Essas reformas foram importantes para a invenção da tradição portuguesa, uma nação agora independente do domínio e influência espanhola, com a construção de um passado literário baseados nos clássicos Greco-latinos, formando a ideia de que a língua portuguesa era mais pura que a espanhola, pois seria mais conforme com a Latina:

A postura política assumida pelo Marquês de Pombal em seus decretos e alvarás traçou o tipo de nação que Portugal buscava se tornar durante a demorada transição de Antigo Regime para Estado Moderno, e que tentava aceder. Nota-se que foram as transformações da máquina administrativa e no sistema educacional portugueses que estabeleceram as condições necessárias para a escrita de uma nova história portuguesa (TELES, 2012, p. 37).

O Brasil, após sua independência, com sua intelectualidade formada nas universidades de Portugal, herdeiro do pensamento português, da forma de governo, ademais dessa rivalidade herdada contra os castelhanos, via seus vizinhos como rivais, que receberam a língua espanhola e tornaram-se republicanos. A monarquia não podia tolerar os ideais republicanos.

O AMERICANISMO

O ensino formal de conteúdos de estudo das literaturas espanhola e hispano-americanas iniciou-se em 1870, com a reforma do Ministro do Império Paulo José Soares de Souza (1834-1901), do plano de estudos do Colégio Pedro II, quando da criação da cadeira “Retórica e poética, história da literatura em geral, e em particular a portuguesa e nacional”[5].

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe grandes transformações na vida política e social do Brasil, e, conseqüentemente, em sua vida educacional, na corrida dos vencedores desse evento para construir uma nova nação, um novo modelo de homem, destinado ao fortalecimento do novo regime[6].

Não por acaso, os movimentos políticos-ideológicos que surgiram no século XX estavam preocupados com a escolarização no Brasil. Cada um com seu ponto de vista, muitos pensamentos antagônicos disputavam seu espaço dentro de um projeto político de (re)construção da nação brasileira. A igreja, os governantes e a elite reconheceram na escola um meio de moldar o povo de acordo seus objetivos: formar fiéis, cidadãos ideais, entre outros. A política nacional de educação, na década de 20, era uma exigência do contexto nacional, perpassando projetos de homogeneização cultural e moral e consistia em uma linha de pesquisa que certamente poderá ser perseguida como uma pista para a identificação, em linhas gerais, da formação do currículo escolar. Segundo Chervel (1990), o estudo da história das disciplinas escolares possibilita a identificação, a classificação e a organização das finalidades do ensino dentro das sociedades.

A nova situação política do Brasil permitiu o engajamento da nação para o estreitamento das relações internacionais com os países da América, principalmente os Estados Unidos, devido a sua posição destacada na economia mundial, chegando a ser, em 1913, a maior economia mundial com uma produção industrial que superava a 1/3 do total dos produtos industrializados no mundo (HOBSBAWM, 1995). Havemos também de levar em consideração, os vários tratados existentes entre o Brasil e os países vizinhos (Uruguai, Argentina, Paraguai, entre outros). Uma das consequências das articulações com os países do continente americano foi o que se chamou de "americanismo", ou a aproximação dos países da América em praticamente todas as áreas (cultural, social, política, econômica, entre outras), processo esse que gerou embates entre os que acreditavam que esse novo rumo na vida política, econômica e cultural do país seria um caminho para a modernidade, e os antiamericanistas, que consideravam não haver uma relação de fraternidade desinteressada dos outros países e, principalmente, que a relação com os Estados Unidos colocaria o Brasil em situação de submissão aos interesses imperialistas estadunidenses.

Esse processo de aproximação entre os países americanos foi acelerado com a necessidade de demonstração de apoio mútuo diante da terrível Grande Guerra que se instalou na Europa em 1914 e cujas consequências se alastraram por todas as partes do globo. Enquanto as grandes potências europeias se digladiavam, os países americanos se posicionavam neutros. Contudo, o furacão da guerra atingiu os Estados Unidos, com o bombardeio pelos alemães do navio Lusitânia que, partindo de Nova York, transportava muitas celebridades americanas. Esse evento dirigiu os norte-americanos para a guerra e o Brasil, que também teve várias embarcações afundadas pelos alemães, anunciou, no início de 1917, a sua decisão de apoiar os Estados Unidos, deixando assim sua posição de neutralidade e recebendo das outras nações americanas mensagens de apoio.

Em maio de 1917, o Brasil abriu os portos para a esquadra norte-americana, sendo aos poucos seguido pelo Uruguai, Argentina, entre outros. Em seguida entrou em estado de guerra contra a Alemanha. Ao que parece, ressurgiu com mais vigor, nesse momento crucial para o Brasil, o mito do "americanismo", um sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade, uma fraternidade entre os povos americanos que estava apenas na retórica da política passou para atos concretos e imprimiu nos textos educacionais a justificativa para o ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro, bem como do português nos outros países americanos. Vale ressaltar que o espanhol já era disciplina estudada nos Estados Unidos há vários anos.

Ensino Comercial

Foi nesse contexto que a Língua Espanhola passou a integrar os currículos da educação formal no início do século XX, pois com a queda do Império, os países hispano-americanos, que anteriormente tinham um regime político distinto do Brasil, já não representavam uma má influência. Por outro lado, o Brasil já não representava um inimigo em potencial aos ideais revolucionários que se instauraram na América Espanhola desde o final do século XVIII e que tiveram como uma de suas consequências a independência de várias colônias espanholas.

O ensino formal da língua espanhola em instituições oficiais no Brasil somente principiou em 1905, quando a Academia de Comércio do Rio de Janeiro foi declarada de utilidade pública e teve os seus diplomas reconhecidos como oficiais pelo Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905. Segundo o Decreto, a Academia teria dois cursos, um geral e outro superior, neste último a constar o ensino de espanhol.

Ensino Militar

A Escola de Estado Maior – EEM – incluiu a língua espanhola nos seus currículos desde a sua criação em 2 de outubro de 1905, mediante promulgação do Decreto nº 5.698, pelo Ministro da Guerra, Francisco de Paula Argolo, no Governo do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. No entanto, o início de suas atividades deu-se apenas em 1906 e apenas dois anos depois disso, o espanhol saiu dos currículos da EEM.

A corrida para a modernização do exército brasileiro levou o Brasil a aproximar-se dos países que possuíam

tecnologia militar e que poderiam fazer diferença para o exército brasileiro. Mas, verificou-se que esta tecnologia não estava bem desenvolvida na América e sim na Europa, e provavelmente esse fator influenciou na exclusão da língua espanhola da EEM. Os países aos quais nos referimos são a França e a Alemanha, que concorriam para o fornecimento de material bélico e de militares para a instrução dos exércitos na América Latina. Desta sorte, com as negociações do Brasil com a França e a Alemanha, aliada às dificuldades que possivelmente os alunos encontraram na aprendizagem da língua espanhola foi fatal para a permanência do idioma de Castela nos currículos da EEM. Em fevereiro de 1909, alguns meses após o retorno de uma turma de oficiais, que em 1906 foram para a Alemanha estagiar em seu exército, o Regulamento da EEM foi alterado e o espanhol, que era obrigatório, foi substituído pelo alemão, ficando então o francês e o alemão obrigatórios e o inglês, facultativo.

No período crítico para a América da Primeira Guerra Mundial, O Governo do Uruguai, em demonstração de amizade para com o Brasil, comunicou a abertura de uma cadeira de português no ensino militar de seu país e solicitou formalmente para que o Brasil criasse uma cadeira de espanhol nos estabelecimentos militares.

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores tomou conhecimento do teor da nota em 31 de janeiro de 1918, por intermédio da Seção de Negócios Políticos e Diplomáticos da América e, em 13 de fevereiro de 1918, enviou Aviso nº 2, comunicando ao Ministério da Guerra da Resolução uruguaia

[...] ponderando que, além das vantagens de ordem social, invocadas no seu artigo 1º, também parecia, do ponto de vista militar, que a medida de reciprocidade se impunha, e que muito lucrariam, em eficiência, os nossos Officiaes, se tivessem um conhecimento, tão perfeito quanto possível, do idioma de todos os nossos vizinhos (BRASIL, 1920, p. 185).

Por Aviso nº 14, de 06 de março de 1918, o Ministério da Guerra deu resposta ao Governo do Uruguai de que estava tomada a decisão de incluir o Espanhol nos estabelecimentos militares de ensino. O Ministro da Guerra declarou-se orgulhoso e satisfeito com a decisão e afirmou que o conhecimento recíproco das duas línguas propiciaria um ganho mútuo principalmente em relação à tecnologia (BRASIL, 1920). Para efetivar o ensino do Espanhol foi necessária a revisão dos regulamentos militares e a assinatura de vários Decretos.

Ensino Secundário

Ao incluir uma cadeira de Português, facultativa, no ensino secundário que abrangeria dois anos, o governo uruguaio, em mensagem ao governo brasileiro, comunicou a sua decisão em setembro de 1917, enviando tradução da Mensagem do Dr. Rodolpho Mezzera, Ministro de Instrução Pública daquele país. Abriu-se, então, uma chance de o Brasil demonstrar seu interesse por uma aproximação mais efetiva no campo cultural, não só com o Uruguai, mas com toda comunidade hispano-americana. Uma oportunidade muito vantajosa para o Brasil, não só de ensinar o espanhol aos brasileiros, mas de poder, com a atitude de reciprocidade para com o Uruguai, levar a língua portuguesa a outros países da América. A abertura de uma cadeira de língua espanhola no Colégio Pedro II, em agradecimento ao gesto do governo da República Oriental do Uruguai, foi proposta pelo então Ministro do Interior, Carlos Maximiliano.

Após mais de um ano de espera, por fim, em 1919, a inclusão do ensino de espanhol na educação secundária brasileira teve início com a abertura de concurso para a cadeira de espanhol no Colégio Pedro II, em decorrência do aumento de subvenção para a criação da disciplina, aprovado pela Lei nº 3.674, de 07 de janeiro desse ano. Dois meses após a aprovação da referida Lei, o Colégio Pedro II abriu concurso para uma cadeira de espanhol, e em 5 de abril aprovou o programa de ensino. O primeiro professor a assumir foi Antenor de Veras Nascentes (1886-1972), nomeado em 18 de outubro de 1919. Em 1920, Nascentes publicou o compêndio *Grammatica da Lingua Espanhola*, pela Livraria Drummond Editora: primeira gramática de espanhol publicada no Brasil.

Apesar das trocas de gentilezas e dos textos oficiais apresentarem discurso que o ensino de espanhol seria

bom para o Brasil, tanto no âmbito do Ensino Militar como no do Ensino Secundário, e que esta seria uma maneira de aproximação entre o Brasil e os países vizinhos, nada foi alterado na legislação vigente do ensino formal brasileiro. O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, principalmente, não favorecia efetivamente o desenvolvimento do ensino da língua espanhola, uma vez que essa cadeira no Ensino Secundário era facultativa, assim sendo, não existiam exames finais, os alunos não tinham interesse em estudar, porque não havia reprovação. Nascentes chegou a solicitar ao Ministro João Luiz Alves (1870-1925) a alteração para que a cadeira fosse obrigatória, mas sem sucesso (NASCENTES, 1952). O ingresso no ensino superior se dava através de exame de vestibular. O candidato deveria, além de outros critérios, prestar prova escrita fazendo tradução de um texto de literatura francesa e outro de autor alemão ou inglês, sem o uso de dicionário. As literaturas espanhola e hispano-americana, que faziam parte dos estudos da cadeira de Literatura Geral e Nacional do Colégio Pedro II desde 1870, deixaram de compor o currículo em 1912 com novo regulamento do estabelecimento. Desta forma, a língua espanhola não atraía os alunos.

Não obstante, o sentimento de pertencimento a uma comunidade americana no início do século XX estava mais ligado ao problema da proteção dos interesses comerciais inicialmente, em seguida ao da guerra que propriamente de uma aproximação linguística entre os idiomas de Camões e de Cervantes. A falta de uma política linguística que desse uma viabilidade ao ensino do espanhol gerou desinteresse pelo idioma, tendo como consequência a saída do espanhol do currículo da Escola de Estado Maior em 1909, da Escola Militar e dos Colégios Militares em 1920, do Ensino Secundário em 1925 e do Ensino Comercial em 1931.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que, devido à herança de Portugal e sua disputa política e linguística com Castela, a língua dos castelhanos provocava aversão nos brasileiros, principalmente no campo literário, com críticas severas acerca da escola literária de Góngora e seus seguidores portugueses e brasileiros. Como consequência o início do ensino da literatura espanhola nas escolas secundárias, como nos exemplos citados do professor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, do Colégio Pedro II da Capital Federal e do professor Francisco Sotero dos Reis, do Maranhão foi mais de crítica à sua influência na literatura portuguesa e brasileira. Com o desenvolvimento do curso, novos conteúdos foram sendo incorporados nos programas de ensino do Colégio Pedro II.

Em relação ao ensino da língua de Cervantes no Brasil, inicialmente foi muito tímido nas primeiras décadas do século passado, sem um objetivo concreto para a sua aprendizagem. Isso produziu um efeito negativo, reforçando uma ideia de facilidade, segundo a qual o brasileiro, por sua proximidade linguística, não necessitaria estudá-la. Uma proximidade linguística deturpada pelo imaginário de uma língua "semelhante", "um português errado". Usar a língua espanhola para uma função real seria imprescindível para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, para prestar exames de admissão em instituições de ensino superior.

As análises das fontes nos apresenta um quadro delicado de aproximação com a língua castelhana, mas que foi se dissipando aos poucos com a mudança de visão do idioma, não mais a língua dos castelhanos, mas agora a língua dos nossos vizinhos americanos, que o Brasil passou a interessar-se por intercâmbios comerciais, políticos, militares e, inicialmente com menos intensidade, cultural.

Decerto, houve o envolvimento de vários agentes para a implantação da língua espanhola no Brasil, configurando o início de conteúdos a serem ensinados, na tentativa de superar as dificuldades apresentadas, mas com pouco sucesso, pois o ensino de qualquer disciplina escolar está intimamente ligada aos objetivos propostos pelos legisladores, as necessidades da sociedade em determinada época e a atuação dos agentes educacionais, entre outros sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1905**. Volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. Congresso. Senado. **Decreto 11.530 de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=36895>>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório dos anos de 1917 a 1918 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 1 de maio de 1917 a 3 de maio de 1918**. Vol I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.htm>>
> Acesso em 04 de fev. de 2013.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CARDOSO, João Escobar J. O lugar do ensino de retórica nas reformas pombalinas da instrução pública. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 197-220.

CARMO, José Arimatéia Pinto do. **Presença de Espanha**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 21ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: LOURO, Guaracira Lopes (Trad.). **Teoria & educação**. Porto Alegre, 1990, nr. 2. p. 177-229.

FRANCO, José Eduardo. **O antijesuitismo em Portugal: história e mito**. Triplov.org.com . 2005. Disponível em <http://www.triplov.com/letras/eduardo_franco/jesuitas.htm>
>.
Acessado em 19 de out. de 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2ª edição. 48ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HUE, Sheila Moura. **Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa**. Edição, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

NASCENTES, Antenor. **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.

NASCENTES, Antenor. **Discurso proferido em 23 de setembro de 1952 no salão nobre do externato do Colégio Pedro II por ocasião do recebimento do título de professor emérito**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1952.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A instituição do ensino das línguas vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas vivas no Brasil (1757-1827)**. São Cristóvão: Editora UFS: Aracaju: Editora Oviedo Teixeira, 2010.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso elementar de litteratura nacional**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

PRADO, Eduardo. **A illusão americana**: com um prefacio e estudo biographico do autor pelo Dr. Leopoldo de Freitas. 4ª edição revista. São Paulo: Livraria e Officinas Magalhaes, 1917.

REIS, Francisco Sotero dos. **Curso de litteratura portugueza e brasileira**. Tomo I. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 1866.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel do ensino da língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)**. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Trad. Celso Cunha. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 18, Setembro/Dezembro, 2008, p. 173-215.

WOGAN, Daniel S. **A literatura hispano-americana no Brasil: 1877-1944**. Bibliografia de crítica, história literária e traduções. Baton Rouge: Lousiana State University Press, 1948.

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do NEC – Núcleo de Estudos de Cultura da Universidade Federal de Sergipe. Email: anselmo.guima@gmail.com

[2] Segundo Oliveira (2010, p. 118) em 1809 “[...] foi criada a primeira Cadeira Pública de Francês, juntamente com a de Inglês”.

[3] O discurso antijesuítico no Brasil reflete o pensamento português a respeito dessa ordem religiosa. Para melhor compreensão do antijesuitismo português sugerimos ler o artigo *O antijesuitismo em Portugal: história e mito*, de José Eduardo Franco (2005).

[4] Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) foi professor da cadeira de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Imperial Colégio de Pedro II, autor dos Compêndios *Curso elementar de litteratura nacional* (1862) e *Resumo de história litteraria* (1872) (OLIVEIRA, 2006).

[5] A cadeira de “retórica e poética, história da literatura em geral, e em particular da portuguesa e nacional” foi uma transformação dos estudos literários ocorrida nos currículos do Ensino Secundário. Segundo CARDOSO (2010, p. 199) retórica, poética e história literária “[...] funcionaram como módulos da mesma disciplina até por volta de 1892, momento em que houve o definitivo triunfo dos estudos de vertente historiográfica sobre a retórica e a poética”.

[6] Essas transformações são complexas e perpassa uma série de antecedentes políticos, sociais e econômicos que não está no escopo deste trabalho. Para mais informações sobre o assunto sugerimos a leitura de BUENO (2012) e CARVALHO (2012).

Recebido em: 07/05/2014

Aprovado em: 07/05/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: